

AURELIO JOSÉ DE ANDRADE FERREIRA

VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA NO MEIO RURAL PARAIBANO

(Ligas Camponesas e os Casos de Alagamar, Engenho Geraldo e Camu-
cim)

Monografia que apresento à Banca Examinadora, composta pelos professores' Sebastian Sanchez Martin (Orientador) Genny de Costa e Silva (Coordenadora) e Waldomiro Cavalcanti da Silva (membro), indicados pela Comissão Coordenadora de Trabalhos Monográficos do Curso de Bacharelado em História. UFPB, Campús II.

Campina Grande

1983



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

INDICE

I - INTRODUÇÃO.....	02
II- VIOLÊNCIA CONTRA O MOVIMENTO CAMPONÊS;.....	
AS LIGAS CAMPONESAS NA PARAIBA.....	04
NOTAS.....	12
III-O MOVIMENTO CAMPONÊS NA PARAIBA(1975-1983).....	17
3.1-A GRANDE ALAGAMAR.....	19
POSIÇÃO DOS CAMPONESES PARA A RESOLUÇÃO DO CONFLITO.....	21
IGREJA X ESTADO: CONFLITO DE ALAGAMAR.....	22
X CONQUISTAS DOS CAMPONESES DA GRANDE ALAGAMAR.....	26
3.2-CONFLITOS DE TERRAS NO ENGENHO GERALDO: ALAGOA NOVA.....	27
INICIO E DESENVOLVER DO CONFLITO.....	28
3.3-CAMUCIM;.....	31
DIÁLOGO: PATRÃO X POSSEIROS.....	33
A LUTA PELA DESAPROPRIAÇÃO.....	35
A POSIÇÃO DA IGREJA.....	36
SITUAÇÃO ATUAL.....	37
3.4-A MORTE DE JOSÉ SILVINO VALDIVINO.....	39
3.5-A MORTE DE MARGARIDA MARIA ALVES.....	41
POSIÇÃO DO GOVERNO ESTADUAL E FEDERAL.....	42
POSIÇÃO DE OUTROS SETORES DA SOCIEDADE.....	44
NOTAS.....	46
IV -CONCLUSÃO.....	53
BIBLIOGRAFIA.....	55

I - INTRODUÇÃO

I - INTRODUÇÃO

Ap reflectirmos acerca do tema para elaborarmos a nossa monografia de final de curso, pensamos na situação de miséria e opressão do povo nordestino, principalmente, da classe trabalhadora ligada aos meios rurais.

Por isto, resolvemos fazer um levantamento estudando certos conflitos, ou melhor, certos casos sobre os mais recentes conflitos pela posse da terra na Paraíba, com a determinação de um período histórico específico.

Começamos pelas Ligas Camponesas, sua formação na Paraíba; a luta empreendida pelos diferentes grupos acoplados no interior destas; as divergências internas e a conseqüente desagregação do movimento. Em seguida nos prendemos no relato, um tanto quanto pormenorizado sobre o Conflito na Grande Alagamar; na fazenda Geraldo em Alagoa Nova e em Camucim. Principais áreas onde as contradições do latifúndio se afluaram com mais nitidez. Dando ensejo a um processo de luta pacífica, da parte dos trabalhadores, pela posse da terra.

A última parte do trabalho consta de um relato sobre dois barbaros crimes, os quais marcaram o processo de luta no meio rural paraibano nos últimos anos. O assassinato de José Silvino Valdivino e o de Margarida Maria Alves (este alcançando abrangência internacional). Nos dois casos, as razões do crime são as mesmas: da parte das vítimas, a luta pelos legítimos "direitos" dos trabalhadores rurais; da parte dos latifundiários, o intuito de acabar esta luta usando a violência. Nos dois casos, os autores materiais e intelectuais dos crimes continuam soltos, sendo uma ameaça constante contra aqueles que defendem as verdadeiras causas dos camponeses paraibanos.

II - VIOLÊNCIA CONTRA O MOVIMENTO CAMPONÊS(1955-64)

II. VIOLÊNCIA CONTRA O MOVIMENTO CAMPONÊS (1955-1964)

1. AS LIGAS CAMPONÊSAS

Segundo Bernardete Aued¹, "a criação de Ligas Camponêsas, ao invés de Sindicatos Rurais, é explicado como uma maneira de fugir à rigidez institucional, ao burocratismo já existente no Sindicalismo Urbano e também ao conjunto de restrições ao Sindicalismo Rural, na década de quarenta. Muito embora existisse desde novembro de 1944, o Decreto-Lei Nº 7.038/44, que outorgava direitos trabalhistas ao trabalhador rural, assim como o direito de se organizar em sindicatos rurais, de fato, quase nada havia neste sentido". Portanto a ação das lideranças no meio rural, assim como a própria estruturação de uma instituição que aglutinaria pequenos proprietários, camponeses sem terra, na busca de solução para o crucial problema do acesso a terra e condições viáveis para fazer do processo produtivo algo benéfico para o trabalhador, que vende sua força de trabalho ao latifundiário, através de um processo desigual e desumano. Pois, a remuneração pela jornada de trabalho não chega a ser suficiente nem para condicionar a reprodução de sua força de trabalho, para no dia seguinte estar no lugar de trabalho realizando sua tarefa.² Estas distorções é que levarão os trabalhadores rurais, sobre a orientação do movimento de esquerda (PCB e Julianistas) a constituírem as Ligas Camponêsas. Que no caso específico da Paraíba, aparecerá nos anos 50, mais especificamente em 1954, graças as articulações de João Pedro Teixeira, em Sapé.

Por que falar em Ligas Camponêsas? O que condicionou o seu surgimento? São questões importantes para se compreender a trajetória de luta da classe trabalhadora, de forma específica localizada no meio rural, principalmente os trabalhadores rurais nordestinos, que durante séculos são vilipendiados pela ação brutal do capital sobre o trabalho. Logo, o aparecimento das Ligas Camponêsas está acoplado ao modelo fundiário do Nordeste, neste momento histórico. Alguns autores afirmam que sobreviviam relações feudais e semi-feudais tipo fôro e cambão,³ já outros definem este processo produtivo como sendo formas pré-capitalistas de produção. No entanto, não entraremos no mérito desta discussão por não estar na temática do nosso trabalho.

Diríamos que o aumento da densidade populacional, o consequente desgaste da terra e o maior contacto cultural entre os camponeses, forjaram as condições básicas para que as contradições aflorassem e fossem mais visíveis. Ao mesmo tempo que o ideal de associativismo começava a surgir nos meios populares, no caso, na zona rural. A luta pela extinção do cambão, que num primeiro instante seria a grande conquista das Ligas, pode ser colocada como uma forma de reação contra a estrutura arcaica e antagônica imposta pelo latifúndio, transformando-se numa das bandeiras que possibilitou a organização dos trabalhadores rurais e o consequente fortalecimento das Ligas Camponesas. O PCB (Partido Comunista Brasileiro), na Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro, realizado em 1960, demonstrará o papel do latifúndio como castrador do avanço das forças produtivas⁴.

Durante todo o período de atuação das Ligas, ficaria comprovado que a pressão dos camponeses organizados surtiam efeito perante o Estado, pelo menos em alguns aspectos, principalmente no que se refere à busca dos "direitos"⁵. O latifúndio, tendo como suporte o poder do Estado, recuaria perante as pressões dos camponeses, cedendo diante de algumas reivindicações destes. No entanto, a violência seria uma constante, usada pelo latifúndio para impedir o avanço das Ligas Camponesas. Agressões físicas e violentos assassinatos além das constantes e corriqueiras expulsões das terras, foram os instrumentos utilizados pelo latifúndio contra as lideranças sindicais e demais camponeses, como forma de "solucionar os problemas no campo".

O assistencialismo aos trabalhadores rurais estava inserido entre os pressupostos básicos da ação das Ligas Camponesas. Neste sentido, lutaram pela implantação de postos de saúde para atender os camponeses, com entrega gratuita de medicamentos. Também ofereciam assistência jurídica aos trabalhadores que estivessem em desavença com os grandes proprietários, por conta de reivindicarem os seus legítimos "direitos".

A atuação das Ligas estava ligada a luta política, o que era facilmente demonstrado no discurso dos líderes camponeses, que criticavam a sanha violenta do latifúndio em relação aos trabalhadores rurais.

Quando em 1947, o PCB é transformado em partido proscrito, o conjunto das Ligas são dissolvidos através dos mecanismos de repressão utilizados pelo poder. Só reaparecendo no cenário político oito anos depois, em 1955, no interior de Pernambuco, no Engenho da Galileia, denominada Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco. No que se refere a Paraíba, vimos anteriormente, que o seu primeiro núcleo aglutinador é formado em Sapé, sob a liderança de João Pedro Teixeira, tendo como local de reunião a parte de trás de sua própria casa, que estava situada nas terras de um proprietário, o qual dentro de pouco tempo utilizaria de meios repressivos para desarticular o que chamava "coisa de comunista".

Só em 1958, conseguirá com muita dificuldade articular e formar a Primeira Liga Camponêsa da Paraíba, na cidade de Sapé. Procurou conscientizar os trabalhadores rurais do verdadeiro papel da aquela organização, fazendo a coisa da forma mais "legal" possível, dentro dos preceitos da lei. Mesmo assim, encontrou oposição no interior da própria classe trabalhadora rural, não uma oposição sistemática, baseada em teses, mas, por conta do medo de muitos, que haviam sentido na pele as perseguições por intermédio do latifúndio. Seria fundada com o nome de Associação dos Trabalhadores Rurais de Sapé, e quando da instalação encontravam-se presente ao "ato solene" todas as autoridades constituídas do município (juiz, delegado, padre, prefeito, médico)⁶.

Na análise feita acerca das Ligas Camponêsas, como sendo um episódio recente que atesta o grau de pressão exercidos pelos trabalhadores rurais organizados, ao mesmo tempo demonstra a violência institucionalizada encetada pelo reacionarismo do latifúndio. Sendo importante compreendermos o por que dos principais núcleos das Ligas terem se centrado na zona agrestina. O que será facilmente detectado em razão destas localidades⁷ estarem encravadas em setores onde o latifúndio de base canavieira do litoral contrapõe-se com a diversificada atividade agrícola do agreste. No caso específico de Sapé, constatamos que não há nesta área um sistema geral de cultivo e de relações entre patrão e empregado, fato que difere visivelmente em municípios localizados nas zonas: litorânea e sertaneja. A propalada diversidade gera condições objetivas para que os processos de transformação sejam facilmente assimilados pelos componentes sociais, que vão formar as Ligas Camponêsas, principalmente a classe trabalhadora diretamente ligada ao campo.

Podemos afirmar que as Ligas não se localizaram em maior proporção na zona litorânea e sertaneja, porque neste espaço geográfico a grande propriedade apresentava como mão-de-obra predominante o assalariado rural, desprovido das mínimas condições de sobrevivência, pois, a terra lhes havia sido expropriada, estando colocado na posição de simples assalariado que vendia sua força de trabalho à vários proprietários, não permanecendo durante muito tempo numa única propriedade.

Já no agreste, o quadro modifica-se em razão da presença predominante do Camponês, sendo a mão-de-obra constituída em sua maioria por moradores⁸. Neste sentido as relações de trabalho são diferentes em comparação com as outras zonas. Encontra-se a figura do meeiro, do parceiro, do foreiro que reivindicarão melhores condições de vida, através de um melhor acesso à terra. Seria o cenário propício onde se desfaldaria a bandeira de luta em prol da extinção do cambão, como relação de trabalho. Ao mesmo tempo permitiria a classe trabalhadora rural a exposição dos seus problemas e as formas para resolução dos mesmos, transformando-se num canal através do qual o campesinato iniciaria o processo de emancipação perante as formas ultrapassadas de poder, quebrando o "status" que da classe dominante que tem ligações intrínsecas com o imperialismo. Aspiração que ainda não se consubstanciou.⁹

Quanto à composição social das Ligas Camponesas, era a seguinte: camponeses, moradores, trabalhadores de "ponta de rua", proletariado rural, operários com experiência sindical nas cidades e antigos líderes operários, rendeiros, meeiros, parceiros, pequenos proprietários¹⁰. Conseguimos detectar que num primeiro instante a liderança das Ligas estavam entregues ao chamado proletariado rural. Outro fato que merece destaque, refere-se a presença no interior das Ligas, de proprietários com 150 hectares, o que era profundamente preocupante, quando a maioria dos seus componentes possuíam de 5 a 10 hectares de terra¹¹.

O latifúndio e a burguesia não ficaram pasmos diante deste quadro nos campos paraibanos, utilizariam as formas mais diversas de repressão, desde a ideológica, a psicológica, cooptação até o espancamento, prisão e mortes de camponeses. Quando assassinaram João Pedro Teixeira, no dia 2 de abril de 1962, numa emboscada na estrada do Café do Vento-Sapé, as forças reacionárias pensaram que atravariam a organização dos trabalhadores, pelo engano. Dias atrás

Já haviam liquidado o líder da Liga estruturada na Fazenda Miriri, Alfredo Nascimento. Mas, estes fatos fizeram com que os trabalhadores rurais acelerassem o processo de organização da classe, com a fundação de novas Ligas, como a de Mamanguape e Rio Tinto.

Afora toda violência cometida pelo latifúndio, as Ligas começariam a perder a unidade a partir do instante que começaram a se detectar divergências internas. De um lado, os "Julianistas", que seguiam a orientação política do deputado pernambucano Francisco Julião¹², que numa posição radical apresentavam como bandeira de luta "a reforma agrária na lei ou na marra". Do outro lado, situava-se o PCB¹³, que encaminhava a processo de acesso a terra de forma considerada reformista, por pleitear a reforma agrária através da ação legal dos tribunais de justiça, como também, pela via parlamentar.

Quando da realização, em 17 de novembro de 1961, do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, a posição dos "Julianistas" foi vitoriosa, acirrando ainda mais a divisão das esquerdas em relação ao papel das Ligas Camponesas e sua luta pela Reforma Agrária. Com isto, as esquerdas estavam reforçando cada vez mais a burguesia, facilitando a ação da direita na repressão contra o campesinato. Fazendo com que a repressão para-policial¹⁴ ganhasse novo impulso.

Na Paraíba, a maioria dos camponeses discordavam da postura de Francisco Julião, tido como radical, muitos chegaram a considerá-lo como sendo um oportunista que queria conservar os votos dos trabalhadores rurais pernambucanos para si e para aqueles que defendiam sua tese¹⁵, querendo permanecer na política como profissional. Já com relação ao deputado estadual paraibano Assis Lemos, os camponeses tinham uma posição diferente, sendo considerado como alguém identificado com as causas dos trabalhadores rurais, sem no entanto, assumir uma postura radical.

Na proporção que os seguidores de Julião radicalizavam a luta, o PCB tentaria minar a ação das Ligas Camponesas, dando um incentivo especial a formação dos Sindicatos Rurais¹⁶. O próprio Governo Central, pressionado abriria espaço neste sentido. Os camponeses que já haviam demonstrado antipatia para com a radicalização do movimento, tendem a se identificar com as propostas assistencialistas encaminhadas pelos Sindicatos Rurais. Em 1963, a iniciar-se por Sapé praticamente todas as Ligas são transformadas em Sindicatos Rurais processo que será entravado quando da eclosão do Golpe de Estado de 1964.

Quanto a questão da violência, vimos que ela se apresentou das formas mais diversificadas. Desde a violência sécular que é causada pelo latifúndio na prática de expropriar os trabalhadores rurais do seu principal meio de produção que é a terra; exploração da força de trabalho deste; entrave a organização dos camponeses que seria encetada pela repressão para-policial, encaminhada pelos grandes proprietários; até a repressão policial organizada, que é tarefa do Estado, que também se sente atacado pelas pretensões dos camponeses na luta por melhores condições de trabalho e de vida. Os assassinatos de João Pedro Teixeira, Alfredo Pereira Nascimento, Pedro Inácio Araujo (Pedro Fazendeiro)¹⁷, João Alfredo Dias (Nego Fubã)¹⁸ Antonio Galdino (Carioca)¹⁹ e de tantos outros, estão relacionados entre os crimes de conotação política cometidos pelo latifúndio, com a conivência, depois de 1964, das forças golpistas que chegaram a libertar os criminosos e transformaram os mandantes de brutais assassinatos, em "símbolos nacionais", como patriotas que lutaram contra a anarquia e o "perigo vermelho", em suma, colaboradores da propalada "revolução salvadora".

Porém, continua na mente dos camponeses que viveram aquele período, quem foram os verdadeiros responsáveis por aquelas chacinas. Os algozes permanecem isentos de qualquer punição, apesar de no momento da ocorrência dos crimes, por força das pressões exercidas pelos camponeses e outros setores da sociedade, ter se iniciado uma investigação minuciosa, tendo sido inclusive, descoberto os criminosos que executaram João Pedro Teixeira, sendo decretada a prisão do autor intelectual pela justiça²⁰.

Depois de 1964, as Ligas Camponesas foram desarticuladas, os Sindicatos Rurais sofreram intervenções e todos aqueles que tivessem ligações ou não com o PCB foram punidos das mais variadas maneiras. A violência generalizava-se contra a classe trabalhadora. Mas, algo ficou comprovado por conta das contradições constatadas no desenrolar da luta no interior das Ligas, principalmente no que diz respeito às profundas dificuldades de aglutinar o proletariado rural na luta por uma nova ordem social. Dai, chega-se a conclusão mais uma vez "que a classe verdadeiramente revolucionária é o operariado, o proletariado urbano"²¹. Não se negando com esta afirmativa, a importância do campesinato no processo de transformação da sociedade. Sendo determinante a sua participação efetiva nesta luta.

No entanto, as condições objetivas são as mínimas possíveis para que este setor da sociedade consiga liderar movimento que proponha a transformação da estrutura social, econômica e política vigente, num país dominado pelo imperialismo.

N O I A S

- 1 - AUED, Bernardete Wrublevski. A Vitória dos Vencidos (Partido Comunista Brasileiro-PCB- e Ligas Camponesas 1955-64). Campina Grande, UFPb, 1981. Tese. Mestrado em Sociologia da UFPb, Paraíba. p.24.
- 2 - Esta lei do Capitalismo, que é explicada por Marx em O Capital, é contraditória, em virtude de sua prática ferir profundamente os preceitos teóricos.
- 3 - FERREIRA, Aurelio José de Andrade. Ligas Camponesas (Trabalho mimeografado para a disciplina Evolução Recente do Nordeste. Campina Grande. 1983.
- 4 - "Os latifundiários são a classe mais reacionária da sociedade brasileira, encarnam as relações de produção mais atrasadas e constituem um obstáculo à expansão das forças produtivas. São fortes os seus laços com o imperialismo, embora, em determinadas circunstâncias, surjam entre setores de latifundiários e monopólios estrangeiros contradições secundárias. Os interesses permanentes da classe dos latifundiários se contrapõem aos objetivos da revolução brasileira". In: Ibid. p. 41 (PCB: Vinte Anos de Política: 1958-1979).
- 5 - Este termo é utilizado pelos moradores da Zona da Mata de Pernambuco para designar o salário mínimo, o repouso remunerado as férias e décimo terceiro salário, e o sindicato, adquiridos ou obtidos através de um dom do Governador Miguel Arraes, como preferem crer os moradores que a ele atribuem a origem dos direitos, passaram a funcionar como um novo parâmetro para pensar as relações sociais nas quais estavam inseridos e que sua própria luta havia contribuído para abalar. In: SIGAUD, Lygia. Os Clandestinos e os Direitos. p.39.
- 6 - AUED, Bernardete Wrublevski... p.24 à 26.
- 7 - Sapé, Mamanguape, Rio Tinto, etc.
- 8 - O termo de uso corrente na região está sendo tomado para designar os sistema específico de relações que vinculava a proprie

tário à força de trabalho na plantation açucareira da Paraíba.

- 9 - FERREIRA, Aurelio José de Andrade... p. 3
- 10- CARNEIRO, Mario Afonso. Relatório Sobre a Área de Sapé. Rio de Janeiro. Centro Latino Americano de Ciências Sociais. 1963. p. 76. Mimeografado.
- 11- CARNEIRO, Mario Afonso, ... p. 77
- 12- O grupo dos "Julianistas" enfrentava por sua vez duas tendências: dos seguidores de Julião e os da luta armada, à revelia de Julião. In: Bernardete Wrublevski Aued... p. 110.
- 13- "A aliança do proletariado com as massas camponesas é condição básica para que ele possa imprimir ao movimento revolucionário uma direção firme. A fim de impulsionar a organização das massas do campo, é necessário dar atenção principal aos assalariados e semi-assalariados agrícolas. Sua organização em sindicatos deve constituir a base para a mobilização das massas camponesas. A organização dos camponeses deve partir das reivindicações mais imediatas e viáveis como a baixa das taxas de arrendamento, a prorrogação dos contratos, a garantia contra as despesas, a permanência dos posseiros na terra e a legitimação das posses, etc. Ao mesmo tempo cumpre aos comunistas intensificar o movimento pela Reforma Agrária. Na mobilização dos assalariados rurais e dos camponeses é necessário empregar as mais variadas formas de luta e organização, adaptando a cada região as experiências dos sindicatos de assalariados e semi-assalariados, das Ligas Camponesas, associações rurais e cooperativas. Nesse processo é de grande importância a utilização dos meios legais, especialmente a defesa jurídica das massas do campo. Os comunistas devem contribuir para que a classe operária, através de suas organizações, estreite seus laços com os camponeses, ajudando-os na realização de conferências e congressos, na organização de associações e cooperativas, na luta pelo reconhecimento dos sindicatos de trabalhadores agrícolas pelo Ministério do Trabalho e, em geral, na conquista de reivindicações econômicas e sociais. In: PCB: Vinte Anos de Política, 1958-1979... p. 64/65.

- 14- Organização repressiva mantida pelo latifúndio para combater as Ligas Camponêsas e todos os movimentos que visem as melhorias do homem do campo.
- 15- Em 1962, a esposa de João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira era eleita Presidente da Federação das Associações de Trabalhadores Rurais, com o apoio dos Julianistas. Neste mesmo ano, seria lançada a sua candidatura à Deputada Estadual pela legenda do PSB (Partido Socialista Brasileiro), com o apoio da mesma facção política. Mas, o resultado da eleição demonstram a insatisfação dos camponeses paraibanos para com a proposta radical dos Julianistas: Elizabeth, obteve 75 votos, enquanto Assis Lemos recebeu na região de Sapé 1001 votos. Vale a pena salientar que ambos eram apoiados pela Liga. In: CARNEIRO, Mario Afonso, op. Cit. p.74.
- 16- O valor da força de trabalho constitui a base regional e declarada os sindicatos, cuja importância para a classe operária não se pode subestimar (Cf. Marx, extraído de Archiv Marksa i Engelsa, vol. II, Moscou, 1933). Os sindicatos tem por fim impedir que o nível dos salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor. In: MARX, Karl, 1818-1883. Sindicalismo/Marx, Engels. São Paulo. Ched, 1980. p.9.
- 17- Militante do PCB, teve atuação destacada na Liga de Sapé, tendo colaborado na formação de outras Ligas. Sofreu atentado em Itabaiana juntamente com o Deputado Assis Lemos. Foi visto vivo pela última vez no dia 7 de setembro de 1964. Seu corpo juntamente com o de Nego Fuba foi encontrado na estrada que liga Campina Grande à Caruarú, no dia 9 de setembro de 1964.
- 18- Atuou também em Sapé, era solteiro, sapateiro. Tendo sido eleito vereador no citado município em 1963. Fez parte de uma caravana que visitou a China. Foi encontrado morto juntamente com Pedro Fazendeiro. Na época contava com 30 anos.
- 19- Principal líder da Liga Camponêsa de Mari, assassinado em 15 de janeiro de 1964. Foi o estopim de um conflito armado que cau

sou diversas mortes, entre estes estavam camponeses, capangas e soldados, que também faziam vezes de capangas.

20- Agnaldo Veloso Borges que teve sua prisão preventiva decretada mas, sendo suplente de deputado estadual, assumiu vaga do titular, ganhando assim, imunidade parlamentar. Sendo impedido de ser preso. Depois de 1964, mais nenhuma acusação recaiu sobre sua pessoa.

21- "El capitalismo condena al campesino a una degradacion Y a una ruina extremas. Su unica salvación es incorporarse a la lucha de clases de los obreros asalariados. Pero antes de que el campesino pueda llegar a esta condic[i]ón, tendrá que sufrir largos años de desilusiones respecto de las engañosas consignas burguesas". In: Livro Teoría de la Questión Agrária de V. I. Lenin.

III - O MOVIMENTO CAMPONES NA PARAIBA (1970-1983)

III. O MOVIMENTO CAMPONÊS NA PARAIBA (1970-1983)

Apesar de todas as medidas repressivas tomadas pelos donos do poder depois de 64, a classe trabalhadora continuou a sua luta em prol da construção de uma ordem social mais justa.

No caso específico do campo, o desmantelamento das Ligas Camponêses e a conseqüente perseguição às lideranças, fez com que durante um certo espaço de tempo o movimento camponês silenciasse. O que é facilmente compreensível, em razão das dificuldades econômicas por estes enfrentadas, como também o próprio nível de conscientização política, bastante restrito por conta do instante de miséria em que se encontra o campesinato brasileiro, particularmente nordestino e mais particularmente, paraibano. Regidos por uma estrutura fundiária arcaica, onde as relações de produção não chegam a acompanhar os ditames do momento mais retrogrado do capitalismo como modo de produção.

Mas, a nossa proposta de trabalho prende-se exclusivamente a fazer um levantamento do processo de violência no campo paraibano, iniciando pelo aparecimento e desmantelamento das Ligas Camponêses, até os recentes conflitos pela posse da terra. E será justamente nestes últimos, que constataremos o revigoramento da luta do campesinato e sua conseqüente organização com o intuito de enfrentar o principal inimigo, o latifúndio. Estes trabalhadores rurais tenderão a assumir uma postura transformadora.

No desenrolar deste capítulo, quando narraremos os principais conflitos surgidos na zona rural paraibana, encontraremos subsídios para discutir acerca do processo e das condições em que os trabalhadores rurais e seus segmentos se constituem em classe, isto é, emergem e atuam como forças sociais para fazer valer seus interesses coletivos. Segundo Cândido Grzybowski, "a análise da organização de classe dos trabalhadores rurais, sem ignorar as determinações estruturais, implica em privilegiar as condições históricas concretas em que eles elaboram a sua identidade ideológica enquanto camponeses e, como tal, se inserem na estrutura de poder". De fato, hoje, o momento histórico é outro completamente diferente, por exemplo, dos anos 60. Embora esteja-

mos em um instante de efervecência, no que concerne a organização e punjança de luta e resistência das forças populares e democráticas, na perseguição de mudanças estruturais neste país.

No bojo das lutas encaminhadas pelos camponeses paraibanos, é importante termos bem presente a questão da organização destes e o conseqüente enfrentamento com a classe dos proprietários e o próprio Estado, que tende a espelhar as vontades dos grupos dominantes. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, chegaremos a conclusão "que o processo de organização dos camponeses é condição e, ao mesmo tempo, resultado do processo de lutas em que eles questionam a estrutura de relações, as práticas de exploração e as formas de dominação existentes no campo, e apontam para a Reforma Agrária como centro nevrálgico de seus interesses"¹.

Constataremos nestes movimentos um amplo envolvimento da Igreja, que através de uma postura progressista procurará apoiar os camponeses no processo da luta. Este envolvimento será comprovado pela presença de bispos, padres, pessoas ligadas as Comunidades Eclesiais de Base, nas áreas em conflito. Defendendo as bandeiras dos trabalhadores rurais, como: desapropriação de terras; cumprimento do Estatuto da Terra; condenação a violência; direito de organização; pela Reforma Agrária.

Outro aspecto importante, prende-se à questão da penetração do capital no campo, em escala avassaladora. Que influirá no crescente processo de organização camponesa. Concretizando-se na seqüência de expropriações das massas camponesas das terras, que significa separar o trabalhador rural do seu principal meio de produção. Constatamos que muitos destes conflitos eclodem após a morte de antigos proprietários, que embora mantendo um regime de exploração, permitiam a presença dos agricultores trabalhando na terra. Coisa que não ocorrerá com os novos proprietários, preocupados com a especulação das glebas de terra.² Os trabalhadores rurais também lutam contra as discriminações políticas, sociais e culturais, que tendem a enterrar a sua organização como classe social.

Fica determinado que estes camponeses, no processo da

luta, assumem sua identidade ideológica, como uma classe social, que apesar de suas limitações, persegue interesses, que no geral, estão inseridas na plataforma de luta da classe trabalhadora.

Também não se pode desconhecer o caráter político³ do movimento dos trabalhadores rurais. Por conta do antagonismo de classe que se verifica neste processo. Ao mesmo tempo, estes movimentos assumem uma postura transformadora no plano da educação, a partir do instante que os camponeses adquirem um aprendizado prático que contribuirá no processo da organização de classe, ao mesmo tempo reforçando o seu nível de conscientização.

Neste capítulo é nosso propósito relatarmos os principais conflitos pela posse da terra, ocorridos na Paraíba durante o período histórico específico.

3.1 - ÁREA GRANDE ALAGAMAR

Assim esta denominada a área que compreende as fazendas Alagamar, Caiporá, Maria de Melo e Piacas. Situada no Vale do Paraíba, mais especificamente, nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Felix.

Os conflitos de terra nesta área eclodiram por volta de 1976, logo após a morte do grande proprietário daquela região Sr. Arnaldo Maroja. Vários eram os herdeiros, com quem seria partilhada aquela grande extensão territorial. Estes trataram de vender as suas partes, sendo justamente neste momento que se tem início as tensões sociais, por conta dos novos proprietários não concordarem com a presença dos antigos moradores, que há diversos anos haviam fixado residência, constituído família naquela área. E o mais importante, é que do cultivo da terra, na luta diuturna no processo de plantação e colheita das lavouras, é que sustentavam a si como a toda família.

Estes novos proprietários se estabelecerem e passaram a inquietar os agricultores através de exigências e pressões as mais diversas. Atitudes como a soltura do gado no roçado dos cam

poneses; a presença de pistoleiros com a orientação de manter um clima de terror na área; a conivência do Estado através da repressão policial encetada pela Secretária de Segurança Pública, que entre outros métodos usou bombas de gás lacrimogênico, cacetete, fuzil para afugentar os camponeses.

Este fato ocorreu nas propriedades denominadas Caiporá e Maria de Melo, cujo dono, José Valdomiro, autorizou aos seus capangas a soltura no roçado dos agricultores de 200⁴ reses. Defendendo a lavoura, os camponeses procuraram se organizar com o intuito de retirarem o gado dos roçados. No processo de retirada uma das reses conseguiu permanecer no interior do roçado, sendo envenenada por se alimentar de mandioca. Como era de se esperar, os camponeses levaram a culpa. No dia 27 de dezembro de 1979, os agricultores receberam uma falsa notícia, dando conta que o Governador encontraria-se em Caiporá, desejando conversar com estes. Os camponeses agruparam-se, dirigindo-se a localidade denominada, lá chegando encontraram a polícia que lhes receberam com animosidade, exigindo que fossem embora. Ao insistirem para ter um diálogo com os policiais, foram violentamente reprimidos⁵.

Segundo a versão oficial, apresentada por Luiz Bronzeado, Secretário da Segurança Pública, "cinco policiais ficaram feridos nos incidentes";⁶ Ao mesmo que acusava a Arquidiocese da Paraíba de provocar o clima de tensão em Alagamar. Esta posição contrária à atividade da igreja na defesa dos fracos e oprimidos, ficará explícita nos atos de prisão contra a Irmã Marlene Burgers⁷ e o trabalhador rural Cicero Tiburtino, sob a acusação de "atividades ilegais" na região de Alagamar. Concretamente, sabe-se que a religiosa, sabedora dos absurdos que a destamamento da polícia estava cometendo em Alagamar, dirigiu-se à área, onde foi interceptada, presa e recambiada para Pilar. Sendo solta por intermédio de D. José Maria Pires, arcebispo da Paraíba, e o Governador do Estado, Tarcísio Buriti. Outro fato, foi a prisão no dia 3 de janeiro de 1980 da Irmã Antônia Maria Van Ham (Tony) e o agente pastoral João Batista Sales, ambos encontravam-se em Piacas com a missão de recambiarem para aquela localidade os camponeses Manuel Faustino e seu filho, os quais estavam internados em João Pessoa, em virtude de espancamentos ocorrido no dia 28 de dezembro de 1979.

3.2 - POSIÇÃO DOS CAMPONESES PARA A RESOLUÇÃO DO CONFLITO

f Segundo os camponeses, um dos principais problemas refere-se a morosidade do INCRA em processar a medição da área já desapropriada. Tem-se conhecimento que o ex-Presidente Geisel há via tomado posicionamento favorável à desapropriação de parte da Grande Alagamar, mas, o Decreto assinado pelo Presidente João Batista Figueiredo atingiu apenas 2 mil hectares. Área pertencente aos senhores Roberto Viana Diniz e Emildo Jordão, além dos 790 hectares de Piacas, do fazendeiro José Veloso de Araújo.

A pretensão dos camponeses é que sejam desapropriadas 10 hectares na área, condicionando assim melhores condições de vida para aproximadamente 400 famílias, conseqüentemente, os conflitos tenderão a chegar ao fim. Posteriormente, os colonos reclamaram os 4.772 hectares da Fazenda Campos; os 780 hectares da propriedade Maria de Melo; os 1760 de Várzea Grande; os 804 de Riacho dos Currais e os 213 hectares da Lagoa do Salgado, áreas vizinhas à Alagamar e Piacas.

Além da urgência da desapropriação, fez-se necessário a retirada do gado da gleba pertencente a Fazenda Maria de Melo, oferecimento de condições de segurança aos trabalhadores rurais contra agressões dos grandes proprietários e a conseqüente retirada do contingente policial, cuja presença por si só já constituía uma forma de ameaça. Como também os restabelecimento do direito constitucional de ir e vir, desrespeitado pelas autoridades. Além do direito de reunião dos camponeses, impedido por determinação da Secretaria de Segurança Pública.

O mais importante neste conjunto de reivindicações encaminhadas pelos agricultores da Grande Alagamar reporta-se ao avanço do seu nível de organização e conscientização política. Sendo no processo de luta pela posse da terra, principal meio de produção destes, que chegarão a conclusão que o grande inimigo do camponês é o latifúndio improdutivo, o qual valoriza o gado em detrimento do homem, onde as culturas de subsistências são substituídas por capim.

Em suma, os camponeses, agentes do processo histórico ' Alagamar, com o apoio da Igreja progressista de D. José Maria Pires (D. Pelé), D. Marcelo Cavalheira e outros, percorrem uma etapa significativa na luta em prol da emancipação do campesinato. Vitória que se aproximara a partir do instante em que algumas etapas forem ultrapassadas e superadas, tal como: mudança da estrutura fundiária brasileira e como consequência a Reforma Agrária.

3.3 - IGREJA X ESTADO : CONFLITO DE ALAGAMAR

A preocupação da Igreja para com o aumento das injustiças sociais nos campos paraibanos, é comprovada através da defesa intransigente de uma ordem social mais justa. Porém, esta postura é recente. No que tange ao Brasil, constataremos que a ala conservadora, reacionária da Igreja durante muito tempo manteve a hegemonia no campo religioso, pregando que o bom cristão era aquele que preocupava-se com as coisas do espírito, pensando exclusivamente no advento da salvação, sendo as coisas terrenas secundárias, ficando ao encargo dos governantes. Podemos tomar como exemplo o Golpe de 1964, onde os seus preconizadores tiveram apoio incondicional da Igreja¹⁰.

Alguns anos se passaram, e setores da Igreja começaram a refletir a realidade através de outro prisma, colocaram o homem em primeiro plano, analisando sua pobreza causada pelo desemprego, a fome avassaladora, privilégio de muitos. Ao observarem a situação do campo, chegaram a conclusão que poucos detinham a maioria das terras, geralmente improdutivas, e que o camponês necessitava desta terra para nela trabalhar, de onde extrairia o sustento da família, como também, os produtos para alimentar a sociedade.

Já não mais concordavam com a ordem social vigente, que nega o acesso à terra aos que não são proprietários. Pregam a Reforma Agrária como sendo a forma para se resolver os conflitos sociais na zona rural. É a chamada Igreja Progressista, cujos seus seguidores são acusados pelos donos do poder de pregarem o marxismo-leninismo.

De 64 em diante, a reação persegue, tortura e mata, religiosos, unicamente por defenderem melhores condições de vida para a grande maioria do povo, excluídos de uma participação mais JUSTA no processo produtivo.

No caso específico da Paraíba, vislumbramos a presença de religiosos comprometidos com a Igreja e com o povo. Pregando mudanças sociais. E será justamente durante o conflito da Grande Alagamar que estes religiosos comprovarão o posicionamento novo do clero, em prol dos oprimidos sem terra para trabalhar.

O Arcebispo D. José Maria Pires, se destacará como um dos mais combativos religiosos brasileiro, por conta de sua peregrinação em defesa dos camponeses expropriados e expulsos da terra.¹¹ Em documento,¹² mostra a posição da Igreja da Paraíba face a situação em Alagamar. Sendo um dos pontos mais discutidos e polêmicos neste documento, a seguinte afirmativa: "Respeitamos a obrigação de consciência e, por isso aconselhamos a desobediência civil, com os riscos que ela comporta, quando se tratar de ordens claramente injustas e forem esgotados os recursos disponíveis para uma solução rápida e eficaz (desobediência às ordens de sua excelência quando vêm nos destruir)".

Este posicionamento foi veementemente criticado pelo Governo do Estado, que em nota publicada nos jornais¹³ externou sua preocupação quanto a colocação do Arcebispo da Paraíba. Entendeu-a como sendo um incentivo ao derramamento de sangue, o qual "não é o caminho acertado para quem deseja resolver problemas sem uso da violência.

Também o Secretário de Segurança Pública do Estado, Luis Bronzeado, ataca à ação da Igreja na área em conflito, criticando, principalmente, a presença de padres estrangeiros, taxando-os de "clero importado, formado nas escolas do Marxismo-Leninismo dos Conventos da Europa, porque eles é que estão induzindo o camponês a tomar uma atitude hostil, ilegal e revolucionária em Alagamar"¹⁴.

As relações entre Igreja e Estado, já bastante abaladas

em razão do impedimento da entrada de religiosos na área em conflito, com exceção do Arcebispo D. José Maria Pires, complicam-se em virtude da prisão ilegal das duas freiras juntamente com outros religiosos. Além de exigir a libertação dos presos, o Arcebispo solicita a liberação de religiosos para prestarem assistência na área. Ao mesmo tempo, que lidera no dia 5 de janeiro de 1980 um grupo de bispos, entre estes D. Hélder Câmara, D. Francisco Austregésilo de Mesquita, bispo de Afogados da Ingazeira e D. Manuel Pereira da Costa, bispo de Campina Grande, os quais tomam a iniciativa, juntamente com os rurícolas de Alagamar, de expulsarem o gado das plantações. A polícia, com ordens expressas da Secretária de Segurança Pública, tentou interceptar a ação de retirada do gado, no entanto, o diálogo travado entre os religiosos e o chefe do policiamento fez com que a iniciativa se concretizasse¹⁵.

Apesar das restrições condicionadas pelo próprio caráter reformista da religião católica neste momento histórico, os fatos narrados demonstram o papel significativo empreendido pela Igreja Progressista na defesa dos interesses dos explorados, particularmente, dos trabalhadores rurais. Colocando a Reforma Agrária como sendo um meio através do qual, grande parcela das distorções verificadas na atual estrutura fundiária brasileira, seriam solucionadas. Sendo a terra distribuída para quem nela efetivamente trabalha.

Em Alagamar ficava bem explícito a divisão entre Igreja e Estado, que não era unicamente constitucional, mas, no campo político, econômico e social. De um lado, estava o Governo representando a classe dominante, defendendo o latifúndio, apesar de se mostrar preocupado com o acirramento do conflito. O Governo Estadual esperando ordens do Governo Federal, medidas concretas de quem compete constitucionalmente a resolução deste tipo de problema. Do outro lado, encontrava-se a Igreja, que pregando medidas reformistas colocava-se num plano de ação eminentemente popular, defendendo os dominados.

3.4 - CONQUISTAS DOS CAMPONESES DA GRANDE ALAGAMAR

Seguindo este processo de lutas dos camponeses e apoiando-os na dura caminhada, a Arquidiocese da Paraíba criará o ' Centro de Defesa dos Direitos Humanos¹⁶, o primeiro do Brasil, ' inaugurado em 21 de abril de 1976. Tendo como primeiro coordenador o advogado Vanderley Caixe.

Este órgão se encarregará de oferecer aos camponeses ' em conflito, como também aos trabalhadores da cidade, assistência jurídica. Diversos advogados se engajarão neste trabalho, mesmo ' sabendo que não se tratava de emprego, servindo como voluntários sem remuneração.

Via Centro dos Direitos Humanos muitos dos problemas ' agrários na Paraíba foram enfrentados com mais consistência pelos trabalhadores rurais. O conflito de Mucatu, que inclusive foi a inspiração para a criação do Centro, consubstanciou-se na primeira tarefa do órgão, conjuntamente com os moradores da Arquidiocese, conseguiram a desapropriação de 12 mil hectares de terra.

Em Alagamar, o CDDH dará apoio decisivo aos camponeses oferecendo condições para que estes não recuassem frente as atitudes repressivas utilizadas pelos grandes proprietários. Estas condições eram materializadas através do apoio jurídico e pessoal que os membros do CDDH expressavam aos camponeses. Como não poderia de ocorrer, os (agricultores) componentes do CDDH (advogados, religiosos, estudantes) seriam taxados pelos donos do poder ' de agitadores, comunistas, que pregavam a violência no campo. Por conta disto, várias prisões ilegais foram efetuadas contra estes. E até mesmo o seu idealizador, D. José Maria Feres, recebeu o título de "Bispo Vermelho", o "agitador que procurou o advogado Vanderley Caixe para executar com a Arquidiocese um trabalho de agitação rural na Paraíba". "Para eles, D. José é um mau religioso que ao invés de se banquetear e ficar rezando a vã criação ' dos poderosos, fez de sua igreja o Templo do Povo"¹⁷.

Depois de muita luta em Alagamar, o Governo Federal '

através do INCRA, desapropriou 3 mil hectares de terra. Paralelamente, instalou-se na área a Cooperativa de Alagamar, dirigida pelo Governo. A quantidade de terra desapropriada não foi suficiente para atender a todos os posseiros, o modelo rural da região como prescreve o Estatuto da Terra é desrespeitado pelo próprio governo. A propalada "paz em Alagamar" preconizada pelo Estado não condiz com a realidade¹⁸. A tensão continuará, pois, poucas foram as famílias que se beneficiaram com a ação de desapropriação. O curto período sem a verificação de nenhum incidente na área, foi quebrado e outros se sequenciaram, fazendo com que Alagamar voltasse a manchete dos jornais.

Recentemente, na Assembléia Legislativa da Paraíba, foram feitas denúncias relacionadas a tensão social em Alagamar¹⁹, constatando-se que os problemas continuarão, de um lado, os camponeses sem terra lutando pelo acesso a esta, do outro lado, o latifundiário que expulsando o camponês cria a "República Bovina" de Alagamar²⁰. Claro que o momento é outro, em virtude da luta dos trabalhadores rurais de Alagamar uma faixa de terra foi desapropriada, mas, muitas etapas faltam ser superadas. Por exemplo, a desapropriação total da área, aproximadamente 14 mil hectares de terra.

3.5 - CONFLITO DE TERRA NO ENGENHO GERALDO EM ALAGOA NOVA

O município de Alagoa Nova se encontra situado na micro-região do Brejo Paraibano, tendo como limites os municípios de Esperança, São Sebastião da Lagoa de Roça, Cassaranduba, Alagoa Grande e Areia. Encontrando-se a 142 Km da Capital do Estado, com uma área de 225 Km², ocupando o 84º lugar no Estado em extensão territorial²¹.

3.5.1 - INICIO E DESENVOLVER DO CONFLITO

O falecimento do antigo proprietário do engenho Geraldo, ocorrido em 1975, deu ensejo para que seus familiares modificassem radicalmente a quantia do foro pago pelos arrendatários. Sendo este fator o estopim para a eclosão do conflito pela posse da terra naquela área. Sem nenhum aviso o foro anual foi aumentado em 100%. As reações tomadas pelos arrendatários foram as mais diversas²², mas, a maioria concordaram em pagar o estipulado.

Nos anos seguintes se processaram novos aumentos, em 1977 é dado o acréscimo de 30% no preço do foro, conseqüentemente, os problemas entre os agricultores e o proprietário acirram-se. Em 1979, depois de reunião na Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Nova, os agricultores do Geraldo propõem ao patrão estipular o foro na base de Cr\$ 150,00 por quadro. Após discussão entre as partes, a proposta foi aceita pelo proprietário, que, no entanto, não cumpriu-a. Como forma de explorar e ludibriar os camponeses, o proprietário passou a cobrar o foro por hectare e não mais por quadro (1 quadro=1,25 hectare). Não demoraria em estipular a quantia de Cr\$ 200,00 por hectare²³.

Os agricultores que não concordavam com as determinações eram constantemente ameaçados. Dentre as determinações estava de cercar as melhores áreas que seriam usadas, principalmente, para o plantio de capim²⁴. Jogar os agricultores contra órgãos federais como a Sub-delegacia do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) em Areia, acusando-os de devastarem a Mata do Urubú. Três agricultores foram indiciados, sendo comprovado "que tinham derrubado apenas 35 metros de lenha, arbustos, um acerinho, numa pequena área que lhes havia sido arrendado pelo doutor... antigo proprietário". Ao mesmo tempo, os camponeses acusaram os que efetivamente cometiam devastações na área²⁵.

Outro ato de total desrespeito aos camponeses cometido pelos proprietários, com a conivência da justiça, ocorre quando os últimos predispunham-se a vender a terra aos primeiros. Os agricultores mais interessados, pois era da terra que sobrevivi-

am, lutam na busca de recursos para efetuarem a compra. No entanto o proprietário retira a proposta feita anteriormente, transferindo-a para outro proprietário.

Para que pudessem continuar mantendo a si e suas famílias, os camponeses do Geraldo teriam que procurar outros meios: entre as saídas, estava o assalariamento temporário; a migração, principalmente para o sul, de onde remetiam dinheiro para as famílias caso encontrassem emprego; o trabalho artesanal e a criação de animais²⁶.

Apartir de 1980, as pressões sobre os agricultores aumentaram. Tendo o poder local se posicionado contrário a luta dos camponeses do Geraldo. O legislativo, através da Câmara Municipal de Alagoa Nova, encaminhou ofício ao Ministro do Trabalho defendendo os proprietários do Geraldo contra a "ação de advogados que orientavam os agricultores para abandonarem o trabalho e tomarem a terra do proprietário". O judiciário beneficiava os proprietários nas questões encaminhadas ao fórum. O delegado de polícia era conivente com as arbitrariedades cometidas contra o camponês, dificultando inclusive a concessão de atestados de pobreza, necessário para que os camponeses sem recursos encaminhassem a solicitação de defesa jurídica gratuita. Com estas medidas tentavam intimidar os agricultores, fazendo com que desistissem da luta.

Não é de se admirar que as instituições de poder se posicionassem contra os agricultores. Mas, o descaso dos órgãos de classe para com a luta dos agricultores deixa-nos perplexos. O próprio advogado da FETAG mostrou-se omissivo em vários momentos... "quando retardou durante muito tempo as providências cabíveis para o encaminhamento legal de processos. Num dos casos, após 6 meses, em reunião do Sindicato afirmou que o prazo já estava prescrito, e que na realidade não havia acontecido, pois só sucederia após decorridos 5 anos"²⁷. Imediatamente, os agricultores mudaram de advogado.

Estava consubstanciado todo um conjunto de pressões

que se processavam contra estes trabalhadores rurais. Medidas que tendiam a isolar os posseiros do Geraldo do restante da comunidade, e para isto os mecanismos estavam sendo devidamente utilizados. O posicionamento arbitrário da Câmara de Vereadores repercutiu profundamente perante a opinião pública, notando-se na população urbana um certo receio em tercer comentários acerca do movimento pela posse da terra no Geraldo.

Efetivamente, os acontecimentos dificultavam a ação dos agricultores, que isolados poderiam se sentir desamparados, mas, pelo contrário, estas pressões reforçaram o nível de conscientização dos camponeses. Principalmente, em torno da necessidade de uma maior organização e mobilização que pudesse lhes levar a vencer a batalha pela posse da terra.

Quanto ao nível de organização dos trabalhadores rurais do engenho Geraldo, há que se destacar os constantes contatos através de reuniões, onde procuravam discutir os problemas e as soluções para os mesmos. Paralelamente, têm consciência da necessidade de um órgão de classe comprometido com as causas dos camponeses. Neste sentido, lutam para aproximar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Nova dos seus associados. Redigem documentos que são enviados as diversas esferas de poder, onde colocam para a apreciação da opinião pública as atrocidades cometidas pelo latifúndio e a legitimidade da luta dos camponeses do Geraldo. Realizam caminhadas como a do Domingo de Páscoa²⁸, onde reivindicam seus "direitos",

Todos estes acontecimentos são divulgados pela imprensa, rompendo-se desta forma o isolacionismo do movimento. O conflito de terra no engenho Geraldo chegaria ao conhecimento da opinião pública a nível estadual, juntamente com muitos outros que se desencadearam na Paraíba neste mesmo período histórico.

Os agricultores, levaram pessoalmente ao conhecimento do Governador, todos os fatos ocorridos na área em tensão social solicitando soluções para o problema, passando necessariamente pela proposta de desapropriação da área. Também comprometeram os órgãos de classe (Sindicato, FETAG) na tarefa de lhes acompanhar nos contatos com o Governo.

A alternativa ventilada para solucionar o conflito, como falamos anteriormente, seria a desapropriação²⁹ da terra. Mas, a preocupação dos agricultores estava centrada na possibilidade de se manterem na terra de origem, indiferente da extensão desta. Desde que 1070 hectares de terra divididas para 436 famílias não atingiria o módulo rural estipulado pelo INCRA. Porém, os laços familiares significam muito para estes camponeses. Logo, aquela terra onde nasceram, casaram, criaram seus filhos, era tido como extensão da família. Por conta disto, não admitiam a hipótese de deixarem a terra, mesmo com promessas de irem para outra. ?

3.3 - CAMUCIM

A fazenda Camucim esta situada no município de Pitimbu, sendo um dos principais focos de tensão social na Paraíba. O problema fundiário nesta localidade espelha uma realidade que é nacional.

Tanto em Camucim como em outras áreas, onde constantemente ocorrem conflitos entre posseiros e proprietários rurais as razões estão ligadas a um conjunto de interesses por parte do latifúndio, que na ânsia de cada vez mais se alastrar usa como método a expropriação do camponês da terra.

O conflito nesta área esta diretamente ligado ao incentivo governamental ao Pró-Alcool³⁰. Hoje, no Brasil, é possível a muitos distribuidores de gasolina viverem exclusivamente da venda de alcool: o número de automoveis que tiveram seus motores adaptados para o novo tipo de carburante é grande. Este alcool é produzido a partir da cana-de-açúcar cultivada em plantações que cobrem áreas de dezenas de milhares de hectares. Os novos latifundiários das grandes companhias industriais fazem surgir à margem dessas terras milhares de cultivadores que antes ganhavam a vida com suas culturas tradicionais, especialmente de subsistência.

Esta iniciativa radical do Governo Central, de incenti

vo ao Pró-Alcool, permitiu a retomada no Nordeste de um tradicional problema nacional; a expulsão de pequenos agricultores de suas terras. Programa que está se realizando a um alto custo humano, pois, acarreta um aumento descontrolado do latifúndio, em razão da expropriação que acarreta perda de condições de trabalho para milhares de camponeses.

No caso específico de Camucim, antes do surgimento da Usina Tabú, apenas uma parte das terras eram cultivadas. Nas zonas livres habitavam cultivadores que trabalhavam para os proprietários. Teoricamente, estes posseiros possuem direitos legalmente reconhecidos. Mas, na prática, não há textos legais para definir quais são as terras cultivadas pelos mesmos. Além do mais a justiça é lenta ao decidir em seu favor.

O conflito inicia-se em 1979, quando a Usina Tabú, através do grupo Lundgren, compra cerca de 1,2 mil hectares de terra ignorando 60 famílias que há mais de dez anos (alguns com vinte) trabalhavam como posseiros. Como o intuito dos compradores era ter a terra desocupada para o plantio da cana-de-açúcar, rapidamente iniciaram um processo de pressões com o intuito de expulsar os camponeses da terra. Usando tratores, arrancavam as plantações dos agricultores substituindo-as por cana. Em contrapartida, os camponeses iniciaram a organização e a união que se forjaria na luta contra a expropriação. Na noite, os trabalhadores arrancavam a cana plantada pelos agentes do latifúndio e tornavam a semear suas culturas de subsistência³¹.

Em 1980 os atos de violência contra os camponeses se verificariam em maior proporção. A milícia particular da destilatória Tabú efetuará prisões ilegais, destruição de roçados, forjaria roubos de madeira colocando a culpa nos agricultores, etc. O mais interessante é que o aparelho de justiça do Estado da Paraíba fica praticamente inerte diante estes atos de violência. Esboçam interesse em investigarem as agressões, mas, na realidade estão coniventes com tudo que ocorre. A justiça quando tende a se colocar ao lado dos camponeses, é desrespeitada. Para isto colabora o governo que deixa aos cuidados da Tabú "a manutenção da segurança na área", logo, o Alvará de Posse concedido pelo Juiz de João Pessoa mesmo sendo um instrumento legal, torna-se inútil.

DIALOGO : PATRÃO X POSSEIROS

Conversações com o intuito de resolver este grave conflito social foram tentadas. Em dezembro de 1980³², Frederico Lundgren (um dos proprietários da Tabú) manteria em João Pessoa encontro com uma comissão de seis agricultores, os Presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Alhandra e Pitimbu e o advogado desses Sindicatos. No final da reunião, demonstrou o representante da usina a disposição de negociar com os agricultores 506 hectares de terra, proposta aceita pelos posseiros. Ficaria para a usina o equivalente a 300 hectares da melhor faixa de terra da propriedade, propícia para a plantação de cana.

No entanto, em 19 de fevereiro de 1981, o patrão muda completamente a sua posição. A Tabú apresenta nova proposta: na qual os agricultores só contariam com 150 hectares em condições de cultivo e o restante em áreas alagadas e insalubres. Os posseiros não concordariam.

A LUTA PELA DESAPROPRIAÇÃO

O agravamento da tensão em Camucim fez com que um grupo de camponeses acompanhados de mulheres e filhos pequenos chegassem a capital do Estado³³ e como forma de protesto acampassem de frente ao Palácio da Redenção, dispostos a ali permanecerem até que o Governo do Estado atendesse as suas reivindicações. Conseguiram audiência com o Chefe do Executivo Estadual onde colocaram as suas principais reivindicações: desapropriação da área por eles ocupadas em Camucim; retirada imediata da polícia; prisão de "Biu da Moto", empregado da destilária, e punição dos capangas com quem entraram em choque, há cinco dias, ao tentarem reconstruir a escola derrubada, segundo a polícia, por autorização de mandado judicial. Em resposta, o Governador afirmou que a desapropriação das terras era de competência do Governo Federal

Também não podia determinar o recolhimento do destacamento de polícia, pois ali estavam por determinação da Justiça, a quem recorreria para a edificação de nova escola em área não disputada entre a Destilária e os posseiros³⁴.

A posição dos camponeses foi de permanecer na praça até que estas solicitações fossem atendidas. Utilizariam os mais diversos canais de divulgação, mobilizaram a opinião pública para uma tomada de posição quanto ao valor e alcance social desta luta. Procuraram o Poder Legislativo, via Assembleia Legislativa, onde entregariam documentos onde estava contido suas reivindicações. Automaticamente seria formada uma Comissão Especial, composta por três deputados para visitarem a área.³⁵

A primeira das reivindicações atendidas foi a da retirada do policiamento³⁶. Concretizado, depois que o Juiz de Pedras de Fogo, Sr. Clavo Antonino de Souza, endereçou ofício à Secretaria de Segurança Pública.

O passo seguinte consubstanciou-se num acordo entre os agricultores e o comandante da Guarnição Federal do Exército sediada em João Pessoa, General Inaldo Seabra de Noronha, o qual garantiu manter a segurança em Camucim, ao mesmo tempo, que assegurava aos camponeses o direito de voltarem a plantar e construir suas moradias. Depois do acordo firmado, os posseiros resolveram deixar a praça retornando a Camucim³⁷. Conseguiram a demarcação da área de D. Joana Maximino da Silva, onde construíram a escola anteriormente destruída. Quanto a punição de Severino Sebastião de Melo (Biu da Moto) e dos policiais que espancaram os agricultores, estavam encaminhando processo neste sentido.

No tocante a proposta do Governo do Estado, em doar áreas de terra localizadas no município de Mamanguape, com título de propriedade lavrado em cartório, água, luz, casa, estradas, assistência técnica e creditícia, a FETAG, sindicatos e comissão de posseiros pedirá um conjunto de informações, as quais permitiriam a tomada de conhecimento da realidade acerca das reais condições da área.

O acordo firmado entre o General Inaldo Seabra, proprietários e agricultores foi quebrado no dia 17 de março de

1982, quando "Biu da Moto" derrubou a casa do camponês José Gomes Feitosa, além de ameaçar o agricultor Francisco Antonio dos Santos, em derrubar sua casa.

A FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado) denunciou a parcialidade e falsidade³⁸ na elaboração do laudo pericial feito por Murilo de Barros Correia, perito nomeado pelo Juiz de Pedras de Fogo para efetuar a demarcação da área onde deveria ser construída a escola de Canucim. "A falsidade pericial é clara e manifesta objetivo de induzir o juízo ao erro, como se comprova através da adulteração realizada na planta da 256, que na ocasião em que foi juntada aos autos não continha indicação alguma do local da escola e depois aparece misteriosamente com indicação feita por lapís grafite³⁹. Trocando em miúdos, o perito agiu de má fé tentando beneficiar os proprietários, ao procurar comprovar que a escola derrubada pertencia à Tabú.

Constatada a prática fraudulenta, o Juiz perante Lourenço Alves de Souza, do Presidente do STR de Pedras de Fogo e Pitimbu, do Secretário da FETAG e de um funcionário do Cartório, confirmou a falha do perito. Ao mesmo tempo, o advogado dos trabalhadores pediu ao Juiz a mudança imediata do perito e lavratura de processo contra este, e a consequente autorização da reconstrução da escola no lugar de origem, como também a reconstrução da casa de D. Joana Maria Maximino, que continuava morando debaixo de uma mangueira numa palhoça. Simplesmente o Juiz não atendeu nenhuma das solicitações feitas.

O conflito agravou-se quando em 13 de maio de 1982, a Tabú envia nova proposta aos camponeses: conceder aos posseiros que têm liminar de posse, 55 hectares de terra, excluindo 24 famílias que não têm o citado documento, estando condenadas à ação de despejo. Com este episódio estava praticamente selada o final das negociações entre a usina e os camponeses, embora os posseiros estivessem dispostos a novos entendimentos.⁴⁰

Os atos de intimidação através de ameaças de agressões físicas continuaram ocorrendo, chegando ao ponto de se tornarem realidade. Em dezembro de 1982 dois camponeses foram vio-

lentamente espancados pelos capangas da destilária: José Francisco de Oliveira⁴¹, conhecido por Zé Galego e José Henriques da Silva⁴², e nova destruição da escola onde estudavam os filhos dos camponeses.

Dando prova da união existente, os camponeses deixam suas casas e acampam nos campos de Camucim. Podendo esta atitude ser entendida, primeiramente como uma forma de protesto contra os atos de violência, e em segundo lugar, como forma de manterem suas posses e suas vidas⁴³.

A POSIÇÃO DA IGREJA

Da mesma forma que em Alagamar, a Igreja colocou-se ao lado dos explorados. E sofreria as mesmas acusações: infiltração de agentes subversivos, comunistas interessados na deflagração de uma luta sangrenta nos campos paraibanos. Em 1980, o Arcebispo D. José Maria Pires seria proibido de celebrar missa na área em conflito, por determinação da Secretária de Segurança Pública. Este fato abalaria as já difíceis relações entre Igreja e Estado na Paraíba⁴⁴.

As repercussões deste incidente ultrapassaram as fronteiras do Estado. A Presidência da República e o Ministério da Justiça foram notificados. Sendo que a opinião pública criticou esta medida tomada pelo Governo do Estado. Apesar desta ter sido negada pelo Executivo Estadual. O governo condenaria à atuação da Igreja em Camucim, "considerando a interferência da Igreja, no civa aos interesses de solução para o conflito, a partir de pessoas do clero interessados em jogar os camponeses contra o governo e de integrantes do Partido Comunista do Brasil e Partido Comunista Brasileiro, como também o Partido dos Trabalhadores⁴⁵. D. José já havia desafiado o governador a citar nominalmente as pessoas que estão fazendo agitação em Camucim. Considerando a posição do governador face aos problemas dos camponeses era de omissão e demagogia, e que já era chegada a hora de se cumprir na Paraíba o Estatuto da Terra.

As divergências entre Igreja e Governo continuaram avançando, sendo que a perseguição a religiosos seria a tática utilizada pelos órgãos de segurança da Paraíba. O frei Hermanno José, ligado as paróquias de Alhandra e do Conde, teria a sua prisão preventiva decretada⁴⁶ pelo delegado do Dops, Aldenor Medeiros. A acusação partida da destilária Tabú é que este teria incendiado canaviais e insuflado os camponeses naquela área. Anteriormente, D. José Maria Pires havia respondido a inquérito policial no mesmo Dops, acerca de envolvimento com as tensões sociais nos campos paraibanos. Várias manifestações de protestos contra a decretação de prisão do frei foram encaminhadas por agricultores ligados a luta pela posse da terra e divulgadas na imprensa.⁴⁷ Onde demonstravam a indignação em relação a tendência da justiça em acreditar no latifúndio, não levando em consideração a posição dos agricultores e seus órgãos de classe.

SITUAÇÃO ATUAL

O período que marcou a realização das últimas eleições, consubstanciou-se num momento de trégua nas áreas em conflito na Paraíba. O aumento do ônus político para o governo seria a principal consequência, caso as perseguições, intimidações, espancamentos e outras violências continuassem ocorrendo durante a campanha eleitoral. A tendência foi um intervalo por tempo determinado no processo de hostilidades contra os camponeses paraibanos. Outro fato a se destacar nos é apresentado no próprio discurso dos candidatos governistas, os quais prometiam aos trabalhadores rurais resolverem num curto espaço de tempo as tensões causadas na luta pela posse da terra. Neste aspecto, é importante frisar que mesmo políticos ligados à oposição não apresentavam propostas de soluções consequentes para a resolução destes conflitos, o que é facilmente explicável, em virtude destes serem latifundiários.

Concluídas as eleições, as violências contra os direitos humanos nos campos recomeçaram. Recentemente, uma comissão de

agricultores de Camucim denunciou aos órgãos públicos e a população em geral, a destruição⁴⁸ pela terceira vez, da residência da posseira Josefa Maria Miguel, 67 anos, há mais de 25 anos vivendo na localidade. A violência foi cometida pelos agentes da destilatória Tabú, sob a liderança de Severino Felizmino (Biu de Nazare). No mesmo documento, os camponeses colocam o estado de completa insegurança em que vivem, pois, a ameaça dos prepostos da usina é de destruírem todas as suas residências. Criticam a conivência da justiça para com estes atos, principalmente o Juiz de Pedras de Fogo, que atendendo o pedido do advogado da Tabú, autorizou a destruição da casa da camponesa. Não isentam de críticas à própria FETAG, acusando o presidente Alvaro Diniz de não ter procurado a imprensa nem tão pouco os órgãos governamentais no sentido de tomar providências contra as atrocidades cometidas pelo latifúndio.

Uma das últimas matérias divulgada pela imprensa paraibana sobre a situação de Camucim, mostra a reivindicação de crianças da área, que através de carta endereçada ao Ministério da Educação e Cultura e Secretária de Educação da Paraíba, pedem a construção de uma escola, pois a que existia na localidade foi destruída três vezes consecutivas⁴⁹.

Até o término da redação deste trabalho, nenhuma medida havia sido tomada no tocante ao atendimento as crianças de Camucim, que acham-se na condição de terem assegurado para si o direito à educação. Este descaso das autoridades para com os problemas que afligem aquele povo, estende os efeitos da violência institucionalizada. O descompromisso do Estado para com as causas populares faz com que os conflitos sociais nos campos paraibanos assumam proporções alarmantes, onde a "não violência" começa a perder a sua consistência, deixando de ser o pressuposto básico para a resolução dos problemas sociais no campo.

3.4 - A MORTE DE JOSÉ SILVINO VALDIVINO

A luta pela posse da terra na Paraíba faz parte um amplo contexto, causado principalmente pela forma desigual como esta estruturada a terra no Brasil, como também, em razão dos pressupostos básicos que nortearam os governantes na elaboração da política agrária nacional. Inicialmente, constata-se que poucos têm acesso à terra, sendo que esta minoria privilegiada tem ao seu lado o poder político. Até mesmo o Estatuto da Terra é desrespeitado e aqueles que lutam pelo cumprimento desta lei são taxados de titulações ideológicas as mais variadas.

O sítio Salamargo, área com 42 hectares de terra, encaixado na Fazenda Ana Cláudia, no município de Cruz do Espírito Santo, se transformaria num novo foco de tensão social no meio rural paraibano. Nesta região, praticamente 150 agricultores eram ameaçados de expulsão da terra pelo proprietário Manuel Aureliano da Costa⁵⁰. No citado sítio, cerca de 11 famílias, ali vivendo há mais de 5 anos, tiveram suas posses invadidas a mando do patrão, sendo utilizado na ação, tratores com o intuito de destruir a lavoura dos camponeses. Porém, a união dos posseiros fez com que o fato não se consumasse.

Sequenciando a luta, os camponeses escreveriam carta endereçada ao Presidente da República, onde solicitavam a resolução do impasse, assegurando aos posseiros o direito à terra. Entre estes estava o combativo camponês José Silvino, 49 anos, casado, pai de 9 filhos, destacando-se na luta pela posse da terra. Dentre as reivindicações dos trabalhadores rurais constava num primeiro instante a compra da faixa de terra em que viviam, proposta rejeitada pelo proprietário. Em seguida, pediriam o cumprimento do Estatuto da Terra, nisto "a desapropriação da área em litígio" era a atitude que esperavam do governo federal.

Das autoridades não obtiveram resposta, porém, dos camponeses da Fazenda Ana Cláudia esta não demorou a vir. Invasões, ameaças de morte, seria a linguagem usada. Chegando ao ponto de destruírem a residência de José Silvino, além de incendiarem o

canavial e utilizarem arado para destruírem a plantação dos lavradores.

Estas arbitrariedades seriam denunciadas pelos agricultores, que em comissão dirigiram-se à capital do Estado com o intuito de registrar a queixa e pedir garantias de vida, ao mesmo tempo que requisitavam o envio de um contingente policial para efetuarem o desarmamento dos capangas do proprietário. Porém, ficaria comprovado mais uma vez o descaso das autoridades policiais para com a causa dos agricultores. Simplesmente, foi efetuada a lavratura da queixa por um contínuo, enquanto que o delegado de polícia afirmava não ser possível o envio de policiais à área por falta de disponibilidade de homens.

Ao voltarem às suas casas, os agricultores teriam contra si o reforço da violência. Às 6 horas da manhã do dia 7 de outubro de 1981⁵¹, o pistoleiro Manuel Batista juntamente com outros capangas assassinam José Silvino com 6 tiros de revólver. Mesmo avisada, a polícia só recolheria o corpo da vítima à tarde, após denúncias e mobilização dos camponeses.

O sepultamento do camponês transformou-se em ato de protesto encaminhado por seus companheiros de luta, que vieram dos diversos recantos do Estado, principalmente das áreas onde se verificam conflitos sociais⁵². O corpo foi sepultado em Santa Rita.

Diversos órgãos que atuam na Paraíba em defesa dos trabalhadores, como: CDDH/AEP; CDDH/de Arquidiocese da Paraíba; ADUF-Pb; ANATAG (Associação Nacional dos Advogados dos Trabalhadores na Agricultura) - Seção da Paraíba; etc; denunciaram o crime e exigiram das autoridades punição para os culpados deste crime que acirrou ainda mais o clima de violência nos campos paraibanos.

A elucidação do assassinato resumiu-se nas promessas dos órgãos públicos competentes em prenderem os autores materiais e intelectuais do crime. Até o presente momento, os criminosos continuam em liberdade trafegando na área normalmente. Enquanto que a conivência do governo e seus órgãos são cada vez mais comprovadas.

3.5 - A MORTE DE MARGARIDA MARIA ALVES

Líder sindical há mais de dez anos, a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, destacara-se nos últimos anos como uma das mais atuantes lideranças do movimento sindical paraibano. A sua luta estava ligada basicamente na reivindicação de direitos legais dos trabalhadores rurais, principalmente dos assalariados de sua área de atuação. Solicitava o registro dos camponeses em carteira profissional; pagamento do 13º salário; férias e repouso remunerado; pagamento do equivalente ao salário mínimo regional aos trabalhadores do canavial.

Por conta desta luta ganhara à antipatia dos grandes proprietários da região. Passando a ser ameaçada pelos usineiros locais e seus agentes. O trabalho de Margarida na defesa dos camponeses explorados ficaria materializado nas inúmeras reclamações trabalhistas em tramitação na Justa de Conciliação em Campina Grande.

No encaminhamento da luta, onde se exigiria a arregimentação e organização dos canavieiros no sentido da conquista dos direitos contidos na legislação trabalhista vigente, historicamente, a líder cometeria alguns equívocos⁵³. Que se consubstanciaria em profunda contradição.

Seu trabalho surtia efeito, sendo um entrave na região aos abusos do latifúndio opressor. E as ameaças se transformariam em realidade, no final da tarde do dia 12 de agosto de 1983, Margarida seria assassinada na porta de sua residência com um tiro de espingarda⁵⁴.

Durante o sepultamento, ocorrido no dia seguinte, estiveram presentes mais de mil pessoas, transformando-se em protesto contra o bárbaro assassinato. Lideranças sindicais de várias áreas do Estado, religiosos, etc. demonstraram a indignação por um mais violento assassinato cometido pelo latifúndio. No dia 18 é celebrada em Alagoa Grande missa de sétimo dia em memória da líder camponesa, com a presença de D. José Maria Pires, D. Marce-

lo Cavalheira e lideranças políticas. No dia seguinte é realizado ato público onde o repúdio contra o assassinato e a exploração do homem do campo e as formas de como os donos do poder enfrentam a luta empreendida pelos camponeses sem terra, foi a tônica dos discursos proferidos⁵⁵. Ficando marcada para o dia 28 o lançamento oficial da Campanha Salarial dos Trabalhadores Rurais na Paraíba que era uma das metas da lider sindical, a qual estava empenhada na organização desta Campanha na região.

POSICÃO DO GOVERNO ESTADUAL E FEDERAL

Quando transcorria o sepultamento da lider sindical, o Secretário de Segurança Pública, Fernando Milanez⁵⁶, pede ao Governador Wilson Braga a criação de uma Comissão Judicial "para evitar qualquer tipo de contestação na apuração do assassinato". Porém, o Tribunal de Justiça do Estado nega a criação da citada Comissão solicitada pelo Governo, "alegando que o crime não estaria classificado como uma perturbação da ordem pública, o que justificaria a instalação de um instrumento especial de investigação".

O governador reconhece a precariedade dos meios de que dispõe a polícia para promover a segurança na região de Alagoa Grande, e diz "que a circunstância com que se depara o Governo do Estado é da maior gravidade", mas determina que seja transmitido ao delegado Gilberto Francisco Indrusiak da Rosa, encarregado do inquerito, "a inarredável disposição pessoal do Governador em ver os fatos apurados e punidos os culpados por esse bárbaro atentado"⁵⁷.

Já o Governo Federal, através do Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, pede informações acerca do assassinato, ao mesmo tempo que transmite o clima de apreensão registrado no Congresso Nacional, exigindo providências enérgicas da parte do Governo da Paraíba. No dia 19 a Secretaria de Segurança Pública divulga o retrato falado de um dos prováveis assassinos de Margarida, feito pela perita baiana Maria Tereza Serebennich, atre-

vés de dados concedidos por Ivandro Fernandes Chaves e Marinete da Fonseca, testemunhas oculares do crime.

É efetuada a prisão de quatro ciganos acusados de terem ligações com o assassinato⁵⁸. Ao mesmo tempo que setores da opinião pública começam a desacreditar do trabalho da Secretaria de Segurança Pública. Acusações como: "tortura moral e física"⁵⁹, efetuada pela polícia contra o cigano José Targino Soares, para que este confessasse participação no crime, foi feita pelo advogado Heraldo Teixeira de Carvalho. Sequenciando as investigações, seriam presos mais dois ciganos⁶⁰, fazendo a polícia divulgar que já teria o assassino de Margarida.

Segundo matéria divulgada na imprensa, a polícia chegaria ao ponto de descobrir a quantia gasta pelo mandante para a consumação do crime⁶¹. Mas, o nome do autor intelectual não seria divulgado, não causando admiração a opinião pública.

Diante de todos estes acontecimentos chegamos a conclusão que existem interesses outros por trás deste assassinato e por conta disto o órgão de Segurança Pública do Estado retarda a elucidação do crime. Os ciganos presos, sob suspeitas de serem os autores materiais, foram usados como bodes expiatórios para confundir a opinião pública, a qual exige das autoridades que a justiça triunfe.

Os ciganos são soltos e no presente momento perseguem os irmãos Amauri José do Rego e Amaro José de Rego, novos suspeitos do assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves. O certo é que a dúvida continua, transcorridos cinco meses do brutal crime, as autoridades permanecem divagando em cima de suposições. Isto nos causa preocupação, pois a tendência é que este crime continue impune, como os vários cometidos contra outras lideranças sindicais. Duvida-se da informação da polícia que já tem o nome do autor intelectual do assassinato, equal seria um fazendeiro de Alagoa Grande. De algo temos certeza, a impunidade neste caso, que alcançou destaque internacional, será mais um incentivo a violência nos campos por parte do latifúndio.

POSIÇÃO DE OUTROS SETORES DA SOCIEDADE

Consumado o crime, familiares, companheiros de luta, orgãos sindicais, lideranças políticas foram unânimes em considerar que a brutal violência teria sido cometida pelos usineiros da Paraíba, particularmente de Alagoa Grande.

A conjuntura que antecedeu 64 tem algumas diferenças da atual. Um dos exemplos é encontrado na forma dec como se processava a luta no campo, naquele momento histórico específico, onde as Ligas Camponesas através de algumas lideranças chegaria a radicalizar a luta, pregando "a reforma agrária na lei ou na Marra". Método que não é utilizado pelos camponeses que hoje lutam pela Reforma Agrária, onde a "não-violência" é a tônica. Porém, os métodos empreendidos pelo latifúndio para impedir o avanço da causa camponesa é baseado na violência institucionalizada.

Em Alagoa Grande, especificamente, estaria um mesmo usineiro⁶² envolvido em assassinatos nos dois momentos históricos colocados. "Principal acionista da Usina Tanques, que responde a 32 reclamações e terá de desembolsar cerca de 40 milhões"⁶³. E que tivera ameaçado a líder sindical através de carta, onde mandava recado para não criar caso em área da citada Usina⁶⁴.

Baseados nestes fatos é que a FETAG, a CONTAG, o STR de Alagoa Grande, Centros de Defesa dos Direitos Humanos, partidos políticos, etc, encaminharam campanha no sentido de que os culpados sejam punidos. Diante dos últimos acontecimentos criticam a posição da Secretária de Segurança Pública, onde o seu titular demonstra um certo descaso na investigação do assassinato⁶⁵. O fato novo é a presença da polícia federal nas investigações, e a contratação de advogado pernambucano e sua equipe para acompanhar as investigações e indiciar os culpados.⁶⁶

O que resta saber é se este assassinato entrará no rol das impunidades cometidas contra os trabalhadores do campo; se a justiça mais uma vez sera vencida pelo poder do latifúndio?

N O T A S

- 1 - GRZYBOWSKI, Cândido. Os Movimentos Sociais e o Processo de Organização dos Camponeses. Cadernos do CEAS. Nº 87. Setembro / outubro. 1983. p. 51.
- 2 - Ver: A Grande Alagamar.
- 3 - GRZYBOWSKI, Cândido... p. 52
- 4 - O fato ocorreu no dia 26 de dezembro de 1979.
- 5 - Extraído do Jornal O NORTE, de 30/12/1979. Título da matéria: Alagamar, agricultores denunciam novos atos de violência.
- 6 - Jornal O NORTE, de 31/12/1979.
- 7 - Jornal CORREIO DA PARAIBA, de 03/01/1980.
- 8 - Jornal O NORTE, de 04/01/1980.
- 9 - Jornal O NORTE, de 04/01/1980.
- 10 - No dia seguinte à "Revolução" de 1964, os Bispos do Brasil publicavam um texto que assim começava: "agradecemos a Deus e ao Exército Brasileiro" o fato de ter salvo a pátria de eminentes perigos. Hoje são os arrependidos das palavras que subscreveram.
- 11 - Ver: Anexo I (D. José: "Os humildes não de vitoriar")
- 12 - Ver: Anexo II (D. José reafirma sua posição e a da Igreja no caso Alagamar-Piaccas).
- 13 - Ver: Anexo III (Butiti estranha posição de D. José)
- 14 - Diário da Borborema, de 04/01/1980 e Jornal O NORTE, de 05/01/1980.
- 15 - Ver: Anexo IV (D. José se responsabiliza pela retirada do gado).
- 16 - O MOMENTO, de 19 a 25/09/1983.
- 17 - Palavras do advogado e Coordenador do CDDH/AEP, Vanderley Caixe.

- 18- "No último dia 7 de março de 1982, o gerente da Cooperativa de Alagamar, Ivo Domingos da Silva, os associados da entidade, o delegado de Salgado de São Felix e dois soldados armados de fuzis e revólver, invadiram e destruíram 25 mil pés de abacaxi plantados em duas roças comunitárias, localizadas em Alagamar e Piacas. Perguntamos ao gerente da Cooperativa com ordem de quem estavam ali praticando aqueles atos, ao que nos respondeu que estava cumprindo ordens do superior, enquanto o delegado disse que estavam arrancando com ordens do Governo"-diz a carta, acrescentando que em seguida eles destruíram cerca de meio hectare de roça de milho pertencente ao agricultor Severino Melo de Oliveira, na fazenda Maria de Melo. In: INFORMATIVO - CDDH/AEP, Edição Extra, fevereiro/março/1982. Suplemento de O MOMENTO..
- 19- Ver: Anexo V (Terror volta a inquietar os camponeses de Alagamar").
- 20- F. Pereira Nóbrega, artigo publicado no Jornal O NORTE, de 13/01/1980.
- 21- CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. Conflito de Terra em Alagoa Nova (Encontro Realidade Nordestina). UFPb. Campús II. 1980. p. 107.
- 22- Ver: Anexo VI (Encontro Realidade Nordestina, p. 140 a 142).
- 23- Unidade padrão oficialmente adotada pelo INCRA.
- 24- Ver: Anexo VII (Encontro Realidade Nordestina, p. 151).
- 25- "Duas intenções ficaram patentes da denúncia contra os 3 moradores: a manutenção do clima conflituoso e ameaçador e a possibilidade de confundir a identificação dos reais culpados pela verdadeira devastação ocorrida até hoje ao largo de quaisquer reclamos". In: CANTALICE, Dulce Maria Barbosa, p. 153.

- 26- "Todos os mecanismos apontados, tais como a adoção da parceria na agricultura e na pecuária, o assalariamento temporário, a migração, o trabalho artesanal, adotados, segundo os próprios agricultores com muito mais frequência após a emergência do conflito, tanto podem ser interpretados como uma tendência a proletarianização do trabalhador rural como uma simples tentativa de reprodução da unidade de produção familiar como tal". In: CANTALICE, Dulce Maria Barbosa, p.159.
- 27- CANTALICE, ... p. 170.
- 28- Note-se como esta presente de forma contundente a religião no desenrolar de todas as lutas pela posse da terra na Paraíba, neste momento histórico específico.
- 29- "Para eles a grande vantagem da desapropriação é a vitória política simbolizada pelo reconhecimento do seu direito de posse às áreas que secularmente ocupam e cultivam, contra um direito de propriedade de uma terra indebitamente apropriada e valorizada unicamente à custa do trabalho deles próprios, os agricultores". In: CANTALICE, Dulce Maria Barbosa, p. 180.
- 30- Revista *Famiglia Cristiana*. Campesino Questa Terra Vale Piu Della Tua Vita. Italia, 1982.
- 31- "No dia 13 de outubro de 1981, reunimo-nos em assembléia e decidimos arrancar a cana plantada no terreno já cultivado por nós. Veio a polícia, que prendeu 21 pessoas, entre as quais minha esposa e quatro de nossos filhos. Os responsáveis pela fazenda passaram todo o dia posterior replantando a cana. No dia 29 de outubro, fizemos nova assembléia, convidando a federação dos trabalhadores (FETAG) e da reunião participaram 400 pessoas, entre elas 32 presidentes sindicais..." (depoimento de João Pereira de Lacerda, 37 anos, 9 filhos, Presidente do STR de Pitimbu e agricultor em Camucim). Nesta entrevista a revista *Famiglia Cristiana*, o sindicalista prossegue enumerando os contras

tes, imcompreensões, recursos aos tribunais, etc. Depois das ameaças veio as promessas de indenização das famílias que tivessem abandonado o campo. A esposa do sindicalista funcionava como professora da escola construída pelos camponeses, que fora derrubada pelas máquinas do patrão.

- 32- Jornais: Correio da Paraíba e a União, de 04/12/1980.
- 33- Chegaram à João Pessoa em 14 de dezembro de 1981.
- 34- Jornal DNORTE, de 15/12/1981.
- 35- Anexo VIII: Jornal CORREIO DA PARAIBA, de 22/12/1981.
- 36- No dia 18/12/1981, o governador Tarcísio Buriti, determinou o recolhimento imediato do contingente policial que desde junho passado se encontrava naquela área, a pedido do juiz da Comarca de Pedras de Fogo.
- 37- Os camponeses decidiram deixar a praça no dia 07/01/1982, depois de 25 dias de virgília em frente ao Palácio da Residência.
- 38- Ofício Nº 219/81, enviado pelo Presidente da FETAG, Presidente do STR de Pitimbu e a Comissão de Agricultores de Camucim, ao Governador da Paraíba, no dia 29/12/1981.
- 39- Jornal O MOMENTO, de 2-27/03/1982 (posição da FETAG).
- 40- Jornal A UNIÃO, de 27/05/1982.
- 41- Jornal O NORTE, de 01/12/1982.
- 42- Jornal CORREIO DA PARAIBA, de 02/12/1982.
- 43- Jornal O NORTE, de 28/12/1982.
- 44- Anexo IX: Jornal do Brasil, de 10/11/1980.
- 45- Anexo X: Jornal O NORTE, 20/11/1980.
- 46- Jornal O MOMENTO, de 06-12/02/1983.
- 47- Jornal O MOMENTO, de 13-19/02/1983.

- 48- Jornal O MOMENTO, de 31/07 à 06/08/1983
- 49- 1ª destruição: 30/09/1980; 2ª destruição: no mesmo ano; 3ª destruição: 27/11/1982.
- 50- Jornal CORREIO DA PARAIBA e O NORTE, de 29/09/1981.
- 51- Jornal O NORTE e A UNIÃO, de 08/10/1981.
- 52- Jornal CORREIO DA PARAIBA, de 09/10/1981.
- 53- "Era contra o Grupo da Várzea que lutavam Teresa Braga e Margarida Maria Alves. Não que houvesse alguma motivação política para isso. Ao contrário, Margarida até fez campanha pelo PDS nas últimas eleições". In: ISTO É, de 07/09/1983.
- 54- Jornais: O NORTE e DIÁRIO DA BORBOREMA, de 14/08/1983; O MOMENTO, de 21-27/08/1983; REVISTA ISTO É, de 24/08/1983 Nº 348
- 55- "Os dois crimes têm um mesmo suspeito, acusado por Teresa Braga e José Casemiro da Silva, viuvo de Margarida, de ter sido o mandante dos dois atentados: o usineiro Agnaldo Veloso Borges, 77 anos, maior dono de terras e votos na Paraíba e líder do chamado Grupo da Várzea. São os senhores de engenho, senhores absolutos de toda a zona açucareira do Estado e os principais responsáveis pela eleição do governador Wilson Braga. Além disso, o Grupo da Várzea fez dois deputados federais e seis estaduais pelo PDS paraibano. Essa força política e econômica lhes valeu a indicação de 3 secretários de Estado...entre os quais o deputado Fernando Milanez para a Secretaria de Segurança Pública". In: ISTO É, de 07/09/1983.
- 56- Jornal O MOMENTO, de 21-27/08
- 57- Jornal O NORTE, de 27/09/1983.
- 58- Jornal CORREIO DA PARAIBA, de 29/09/1983.
- 59- Jornal O NORTE, de 01/10/1983.

- 60- Jornal O NORTE, de 02/10/1983.
- 61- Jornal O NORTE, de 04/10/1983.
- 62- O usineiro Agnaldo Veloso Borges foi acusado de ser o mandante do assassinato do líder da Liga Camponêsa de Sapé João Pedro Teixeira. Hoje, é o principal suspeito juntamente com João Carlos de Melo, José Fernandes de Brito, Maria Benevides Maroja de Castro, Nicodemos Lucas e Francisco Lino Cavalcanti de Miranda, de ser o autor intelectual do assassinato de Margarida Maria Alves.
- 63- Jornal O PASQUIM, de 1-7/09/1983.
- 64- Anexo XI: Uma carta de Margarida de à Agnaldo - O NORTE, de 28/08/1983.
- 65- Jornal O MOMENTO, de 2-8/10/1983.
- 66- "Uma equipe de nove advogados, liderados pelo advogado Gilberto Marques, om mesmo que trabalhou na acusação contra os assassinos do Procurador Geral da República em Pernambuco, Pedro Jorge de Melo e Silva. Sendo seu principal propósito fazer com que o trabalho de investigação culmine com a prisão dos possíveis mandantes do crime. In: Jornal O NORTE, de 20/10/1983.

IV - CONCLUSÃO

IV - CONCLUSÃO

Esperamos que o presente trabalho contribua para futuras análises que certamente se farão sobre os atuais conflitos pela posse da terra na Paraíba.

Temos consciência das restrições do trabalho, no qual tivemos a preocupação de relatarmos os fatos segundo divulgações em livros e jornais, como também mostrando a nossa opinião.

Quantas vezes durante o desenrolar do texto não usamos chaves? Confessamos que no momento, não conseguimos relacionar os fatos aqui narrados, sem colocarmos em evidência a nossa indignação pelo nível de exploração a que estão submetidos os camponeses nordestinos, particularmente, os paraibanos.

Temos um grande interesse por História Agrária e sentimos que até o momento pouco se fez de produção historiográfica neste campo. Sendo necessário resgatarmos do anonimato os verdadeiros agentes do processo histórico nos campos, os trabalhadores rurais.

Neste sentido tivemos muita dificuldade, pois a bibliografia sobre o tema é resumida, principalmente os casos mais recentes de conflito de terras na Paraíba. Por conta disto, grande parte deste trabalho foi pesquisado em fontes primárias, como matérias de jornais; boletins informativos do CDDH/AEP e o CDDH/Arquidiocese da Paraíba.

Pensamos em continuar este trabalho, pois, no momento apresentamos apenas um resumo de um tema vastíssimo. O nosso propósito é que através de futura Tese de Mestrado, possamos contribuir para a reconstituição da História Agrária na Paraíba.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- AUED, Bernardete Wrublewski. A Vitória dos Vencidos (Partido Comunista Brasileiro-PCB-e Ligas Camponesas-1955-64). UFPb, 1981.
- ANDRADE, Manuel Correia. Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais do Nordeste (1957-64). Temas de Ciências Humanas, São Paulo, 8 : 115-31, 1980.
- ARLDO, José. Ligas Camponesas Querem Reforma Agrária. Panorama, Londrina, : 19-24, mar. 1960.
- BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República de 1930 a 1960. 3. ed. São Paulo, Fulgor, 1968. v. 3. 252 p.
- CARNEIRO, Mario Afonso. Relatório sobre a Área de Sapé. Rio de Janeiro. Centro Latino Americano de Ciências Sociais, 1963. Mimeografado.
- CADERNOS DO CEAS. Organização dos Camponeses. Salvador, Nº 87. Setembro-Outubro 1983.
- JULIÃO, Francisco. Que São Ligas Camponesas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.
- LENIN, V. I. Sobre Os Sindicatos. Coleção História e Política. Ed Ciências Humanas, São Paulo, 1979. 342p.
- ENCONTRO REALIDADE NORDESTINA. Pequena Produção e Movimento Social no Campo. Conflito de Terra em Alagoa Nova, por Dulce Maria B. Cantalice. UFPb, 1980.
- MARX, Karl. O Capital. São Paulo, Ciências Humanas, 1978. Livro I, Cap. VI. 151 p.
- MARX e ENGELS. Sindicalismo. São Paulo, Ched, 1980. 80 p.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 137 p.
- PASSOS GUIMARAES, Alberto. Quatro Séculos de Latifúndio. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 255 p.

PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA, 1958-1979; documentos. São Paulo, Ciências Humanas, 1980. 363 p.

PERSPECTIVAS DO NOVO SINDICALISMO. Coleção Brasil dos Trabalhadores-1. São Paulo, Loyola-CEDAC, 1980. 62 p.

PRADO JR. , Caio. A Revolução Brasileira. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1972. 217 p.

SIGAUD, Lygia. Greve nos Engenhos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. 114 p.

SIGAUD, Lygia. Os Clandestinos e os Direitos. São Paulo, Duas Cidades, 1979. 260 p.

SOARES, José Arlindo. Nacionalismo e Crise Social: o caso da frente do Recife (1955-64). Recife, UFPE, 1980. Tese (mestre, Sociologia) Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia da UFPE, Pernambuco.

OUTRAS FONTES:

Correio da Paraíba (PB); A União (PB); Diário da Borborema (PB); O Norte (PB); O Momento (PB); Gazeta do Sertão (PB); Pasquim (RJ); Jornal do Brasil (SP); Folha de São Paulo (SP); Informativos do CDDH/AEP (PB); Jornal Camucim (PB); Informativo do CENTRU (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural) Cordel.

Aurelio José de Andrade Ferreira
 AURELIO JOSÉ DE ANDRADE FERREIRA